

Um novo Plano Marshall?

MÁRIO GARNERO



Se Mikhail Gorbachev vencer o desafio que se propôs — mais econômico do que político, diria eu —, vamos viver a mais extraordinária década de progresso material experimentada pelo homem em séculos. A livre ini-

ciativa triunfa em campos antes minados pela inapetência burocrática. Os dinossauros estatais se esboroam, as fronteiras ideológicas são varridas pela busca de eficiência.

Dentro desse espectro, a dívida externa é uma das questões que merecem ser vistas com outros olhos pelas lideranças do Ocidente. François Mitterrand lançou raízes para um acordo em novas bases entre os que têm a receber e os que têm a pagar. Nakasone alinhou o Japão entre os que se perfilam no contingente internacional de solidariedade às nações assombradas pelo fantasma do superdébito. Há líderes expressivos que hesitam, mas o presidente Bush já exprimiu notável sensibilidade política diante de um mundo cujo desenho se transforma a cada instante.

Se países como o Brasil, Chile, México e Bolívia, num quadro de escassa cooperação internacional, arrancaram de dentro de si mesmas energias suficientes para revigorar, ou mesmo restaurar, suas instituições democráticas, animar o setor privado de sua economia e atacar com veemência situações hiperinflacionárias, por que não ver aí disposição e maturidade para um entendimento que propicie um novo Plano Marshall?

Esses países, não sem sacrifício, fizeram ou estão fazendo o que podem para superar o gap econômico que os afastou do Primeiro Mundo. Resta-lhes, ainda, o gigantesco problema da transferência de pelo menos US\$ 20 bilhões ao ano em juros e principal para bancos e governos credores.

O jornal *The New York Times*, em recente e lúcido editorial, destacou que é hora de se repensar a ajuda externa americana. Discordo do termo “ajuda”, mas concordo com as sugestões do editorial. Trata-se de dar vida a

Os nossos credores têm papel importante na sobrevivência do plano de estabilização

idéia de cooperação — no sentido de se cobrar do parceiro uma contrapartida. Os céticos hão de perguntar que contrapartida pode a maior nação da terra esperar de parceiros como a Bolívia, o Chile ou a Venezuela. Creio que, para os Estados Unidos e outros países industrializados, o fortalecimento da democracia, a abertura de mercados, a ação complementar no comércio exterior e o progresso social nesta parte do hemisfério são contribuições nem de longe negligenciáveis.

Com as medidas adotadas corajosamente pelo presidente Collor de controle da inflação e de privatização, o Brasil se credencia a negociar a dívida externa em patamares mais flexíveis. O País está passando pela mais dura política monetária de sua História.

Divida ext
ria, este é um momento muito delicado para a sobrevivência de nosso programa de governo. E nossos credores têm um importante papel a desempenhar nesse processo. Existem alguns pontos fundamentais que justificam a compreensão da comunidade internacional.

□ A seriedade do plano econômico está refletida no acordo com o FMI. Menos de três semanas foram suficientes para a missão técnica produzir um relatório sobre o Brasil.

□ Em 1990, o Brasil pagou US\$ 7 bilhões de juros, amortizações e dividendos. Uma soma substancial para um país acusado de não cumprir suas obrigações externas.

□ A ligação que existe entre o pagamento de juros da dívida externa e a inflação — 80% da dívida brasileira pertence ao governo. Isso significa um pagamento anual de cerca de US\$ 10 bilhões, adquiridos por meio da emissão de cruzeiros. Como reprimir a inflação com esse mar de liquidez sendo injetado ano após ano?

□ A evidência — apontada por todos os modelos econométricos da economia brasileira — de que a inflação é a última barreira antes do caminho do crescimento que o País precisa conquistar. Com o programa de modernização de nossa economia, poderemos estar crescendo 6%/7% em dois anos, se a inflação for domada. Nosso povo está pronto para esses sacrifícios. Nossos credores também devem participar com a sua quota e, assim, dividir os benefícios num futuro próximo.

□ *Mário Garnero, empresário, é presidente do conselho do Grupo Brasi-Invest.*